

CONCURSO PÚBLICO – AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 07/2019

A Secretaria Municipal de Recursos Humanos, em conjunto com a Fundação Vunesp, RERRATIFICA a redação do Anexo III do Edital 07/2019, conforme segue:

ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Auditor Fiscal Tributário Municipal

Onde se lê:

(...)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Lei Municipal nº 11.111/2001 e alterações posteriores, em especial pela Lei Complementar Municipal nº 181/2017. Leis Municipais nº 13.083/2007, 13.580/2009 e 15.499/2017. Lei Complementar nº 134/2015. Decretos Municipais nº 19.723/2017 e 19.508/2017. Instrução Normativa – DRI/SMF nº 005/2017 e 006/2017. **Instrução Normativa – SMF nº 06/2017.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN): Lei Municipal nº 12.392, de 20 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências, com as alterações introduzidas pelas Leis Municipais nº 12.706/2006, nº 12.801/2006, nº 13.144/2007, nº 13.208/2007, nº 13.519/2008, nº 13.916/2010, nº 14.229/2012, nº 14.562/2012 e pelas Leis Complementares Municipais nº 48/2013, nº 127/2015, nº 179/2017 e nº 193/2018. Leis Municipais nº 14.947/2014 e nº 15.602/2018. Decreto Municipal nº 15.356, de 26 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Municipal nº 12.392/2005, com as alterações introduzidas pelos Decretos Municipais nº 15.804/2007, nº 16.837/2009, nº 18.516/2014 e nº 18.552/2014; Decreto Municipal nº 20.045/2018. Instruções Normativas DRM/SMF nº 002/2006; nº 003/2006; nº 006/2008; nº 003/2009; nº 004/2009; nº 001/2010; nº 002/2010; nº 001/2011; nº 002/2011; nº 03/2013; nº 01/2014; nº 02/2017 e nº 04/2018. Instruções Normativas SMF nº 003/2010 e nº 09/2014. Resolução SMF nº 001/2016, que dispõe sobre a pauta fiscal para apuração de Base de Cálculo e Lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre os serviços de construção civil. Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles Relativos (ITBI): Lei Municipal nº 12.391/2005 e alterações posteriores, em especial pela Lei Complementar nº 180/2017. Decreto nº 18.328/2014. Instruções Normativas DRI/SMF nº 02/2013 e nº 07/2017. Cobrança e Controle de Arrecadação: Lei Complementar nº 42/2013. Instrução Normativa SMF nº 001/2018.

LEIA-SE:

(...)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Lei Municipal nº 11.111/2001 e alterações posteriores, em especial pela Lei Complementar Municipal nº 181/2017. Leis Municipais nº 13.083/2007, 13.580/2009 e 15.499/2017. Lei Complementar nº 134/2015. Decretos Municipais nº 19.723/2017 e 19.508/2017. Instrução Normativa – DRI/SMF nº 005/2017 e 006/2017. **Instrução Normativa – SMF nº 005/2018.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN): Lei Municipal nº 12.392, de 20 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências, com as alterações introduzidas pelas Leis Municipais nº 12.706/2006, nº 12.801/2006, nº 13.144/2007, nº 13.208/2007, nº 13.519/2008, nº 13.916/2010, nº 14.229/2012, nº 14.562/2012 e pelas Leis Complementares Municipais nº 48/2013, nº 127/2015, nº 179/2017 e nº 193/2018. Leis Municipais nº 14.947/2014 e nº 15.602/2018. Decreto Municipal nº 15.356, de 26 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Municipal nº 12.392/2005, com as alterações introduzidas pelos Decretos Municipais nº 15.804/2007, nº 16.837/2009, nº 18.516/2014 e nº 18.552/2014; Decreto Municipal nº 20.045/2018. Instruções Normativas DRM/SMF nº 002/2006; nº 003/2006; nº 006/2008; nº 003/2009; nº 004/2009; nº 001/2010; nº 002/2010; nº 001/2011; nº 002/2011; nº 03/2013; nº 01/2014; nº 02/2017 e nº 04/2018. Instruções Normativas SMF nº 003/2010 e nº 09/2014. Resolução SMF nº 001/2016, que dispõe sobre a pauta fiscal para apuração de Base de Cálculo e Lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre os serviços de construção civil. Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de

Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles Relativos (ITBI): Lei Municipal nº 12.391/2005 e alterações posteriores, em especial pela Lei Complementar nº 180/2017. Decreto nº 18.328/2014. Instruções Normativas DRI/SMF nº 02/2013 e nº 07/2017. Cobrança e Controle de Arrecadação: Lei Complementar nº 42/2013. Instrução Normativa SMF nº 001/2018.

Ficam ratificadas as demais disposições contidas no **Edital nº 07/2019**, publicado no Suplemento do Diário Oficial de 1 de julho de 2019.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Campinas, 18 de julho de 2019.

AIRTON APARECIDO SALVADOR
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

ELIZABETE FILIPINI
Secretária Municipal de Recursos Humanos